



Privatizações e benefícios para a sociedade

Síntese: *Com as privatizações e concessões dos serviços públicos ocorridas, principalmente, nos últimos 20 anos, a economia brasileira ingressou num novo ciclo de prosperidade. Em áreas como telecomunicações e siderurgia saímos da estagnação para a vanguarda mundial. Também houve avanços em ferrovias e no sistema financeiro. De maneira geral, o consumidor foi o mais beneficiado, embora a qualidade da prestação dos serviços esteja cada vez menos sujeita à fiscalização das enfraquecidas agências reguladoras. Após anos de oposição sectária e eleitoreira, o PT deu o braço a torcer e passou a patrocinar novas desestatizações, a começar por rodovias e aeroportos.*

É praticamente impossível imaginar o Brasil hoje sem os benefícios advindos das privatizações e das concessões de serviços públicos à iniciativa privada. O marco inicial desta guinada na nossa economia foi a venda da Usiminas, ocorrida em outubro de 1991 numa sessão na Bolsa de Valores do Rio tumultuada por protestos de quem não queria ver o país avançar. Vinte anos depois, mais de uma centena de empresas públicas foram transferidas ao controle privado e, em qualquer setor que se analise, os ganhos deixam as desvantagens bem para trás.

Embora a Usiminas seja citada como ponto de partida do processo, desde a gestão José Sarney o Estado já começara a se desfazer de empresas que haviam se tornado um sorvedouro de dinheiro público. Conduzidas com discrição pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram transferidas à iniciativa privada 17 companhias, entre elas algumas de grande porte como a Aracruz Celulose (hoje Fibria) e a Sibra, então maior produtora brasileira de ferro-ligas. Boa parte delas tinha ido à bancarrota nos anos 1970, foram assumidas pelo governo dentro de uma política de proteção à indústria nacional, mas permaneceram como fonte de constantes prejuízos.

A transferência paulatina de empresas públicas para o capital privado tornou-se política de governo a partir da gestão Fernando Collor, por meio da implantação do Programa Nacional de Desestatização. Dezoito foram vendidas em sua curta passagem pelo Planalto. O presidente Itamar Franco não retrocedeu e manteve a marcha, privatizando mais 15 companhias. Nesta época, os principais alvos foram as siderúrgicas, como a CSN, a Usiminas e a Cosipa, e as mineradoras, como a então Companhia Vale do Rio Doce (hoje apenas Vale). A Embraer também entrou na lista, no finzinho de 1994.

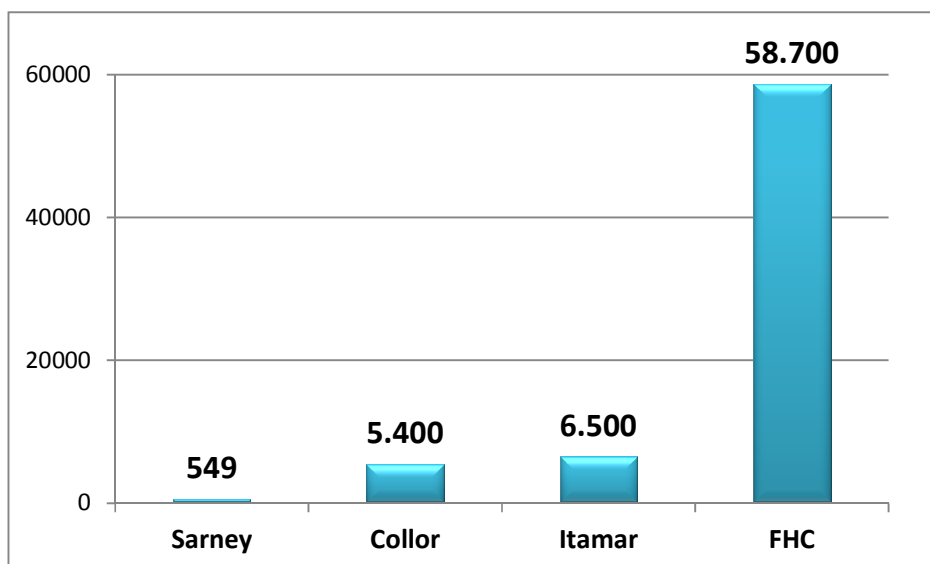
Os resultados desta primeira fase são bastante significativos. Vendida em 1997, a Vale viu seu lucro líquido médio saltar de US\$ 192 milhões anuais para US\$ 5,5 bilhões e tornou-se a maior mineradora do mundo. O valor dos tributos recolhidos pela empresa passou de US\$ 31 milhões para US\$ 1,8 bilhão em 2010. Já a CSN, que, como companhia pública, dava à sociedade prejuízo diário de US\$ 1 milhão no começo da década de 1990, lucrou R\$ 2,9 bilhões apenas nos nove primeiros meses do ano passado.

Salto para o futuro

Mas o maior impulso para a modernização da economia brasileira viria no governo de Fernando Henrique Cardoso. Dentro de uma política clara de liberar o Estado para executar melhor funções que são precipuamente públicas, como saúde, educação e segurança, a gestão tucana acelerou o processo de privatização. Também se visava injetar eficiência em setores que se apresentavam como motor da nova economia mundial, mas nos quais, naquela altura, o Brasil mostrava-se visivelmente atrasado, como nas comunicações.

A telefonia acabou se mostrando a maior joia da coroa das privatizações. Na década de 1990, as linhas telefônicas ainda eram privilégio de poucos no Brasil: apenas 18% dos domicílios do país tinham telefone, de acordo com o Censo de 1991. As linhas fixas eram negociadas no câmbio negro, custavam uma fortuna, a ponto de serem listadas como bens na declaração de imposto de renda, e demoravam a ser instaladas. Com a desestatização, dobrou o número de telefones (para 42 milhões), os preços tornaram-se irrisórios e a entrega, imediata. Hoje somam 85% os domicílios brasileiros com um telefone fixo e 100% os municípios atendidos.

Valor arrecadado com privatizações federais (em R\$ milhões)



Fonte: BNDES

A telefonia móvel, por sua vez, era praticamente inexistente no sistema público. Hoje há mais de um celular para cada brasileiro: são 230 milhões de linhas, ou 30 vezes mais do que na época estatal. Não é exagero afirmar que um dos fatores que contribuíram para que prosperasse uma nova classe média no Brasil foi justamente a expansão da telefonia celular, que abriu amplas possibilidades de trabalho e mobilidade para prestadores de serviço. O total investido desde 1998 – quando a deficitária Telebrás, que o governo petista agora luta para ressuscitar, foi sepultada – alcança R\$ 235 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil).

Outros focos do processo de desestatização entre 1995 e 2002 foram o sistema financeiro público e as ferrovias. No setor ferroviário, os investimentos saíram de R\$ 574 milhões em 1997 – entre Estado e concessionárias – para cerca de R\$ 3 bilhões, agora quase totalmente privados. Em 2010, quando o modal já transportava 86% mais cargas, só em tributos foram recolhidos R\$ 13,8

bilhões. Já os bancos públicos foram quase todos vendidos e deixaram de funcionar como “casas da moeda” de perdulários governos estaduais. No total, o governo Fernando Henrique privatizou 23 companhias.

Durante todo o esforço de desestatização, foi transferido à iniciativa privada o controle de 120 empresas federais e estaduais, além de participações em outras 15 estatais, aí incluídos até hotéis como o de Araxá, em Minas Gerais. Ao todo, o processo rendeu US\$ 105,8 bilhões aos cofres públicos, segundo o BNDES. Atualmente, as vinte maiores companhias privatizadas detêm 25% do mercado brasileiro na bolsa. Em valores de mercado, esse grupo oriundo da privatização soma hoje algo como R\$ 500 bilhões.

Conversão tardia, mas bem-vinda

Duas décadas após o marco inicial das privatizações, o desafio agora é melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas privadas, algumas delas campeãs de queixas dos consumidores – situação agravada pelo enfraquecimento dos órgãos reguladores, como a Anatel e a Aneel. Nas telecomunicações, apesar de já existirem 41 milhões de pontos de acesso no país, o preço da banda larga é um dos mais altos do mundo (US\$ 28 mensais, em média). Nas ferrovias, a velocidade média das composições continua sendo muito baixa e o transporte de passageiros, quase inexistente. No setor elétrico, a privatização incompleta da geração manteve o país vulnerável a apagões.

Nada disso, porém, desmerece os resultados das privatizações. Também é positivo que, depois de anos de ferrenha oposição oportunista e eleitoreira às desestatizações, o PT aderiu ao modelo e passou a lançar mão da transferência de empresas públicas à iniciativa privada como forma de aumentar a eficiência da economia brasileira. Foi assim com cerca de 3 mil quilômetros de rodovias federais, hidrelétricas e bancos durante o governo Lula. E começa agora a ser também assim no setor aeroportuário, cujos leilões foram iniciados em agosto com o aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) e ganharão impulso em fevereiro com a concessão dos terminais de Brasília, Guarulhos e Viracopos.

O peso do Estado na economia nacional ainda permanece enorme. O governo controla 276 empresas e é sócio minoritário de outras 397. O faturamento dessas companhias soma R\$ 1,06 trilhão, o equivalente a 30% do PIB. A gestão petista parece achar pouco. Na sanha pela sua perpetuação no poder, ainda lança garras sobre firmas como a Vale, em busca de seu controle acionário, e mantém sob cabresto a Petrobras, submetida a impiedosa influência político-partidária. Ainda subsistem facções do PT que defendem uma economia estatizada e sonham com o retrocesso. Felizmente, cada vez têm menos adeptos: os benefícios que a privatização trouxe para a sociedade brasileira são obstáculos suficientes para enfraquecê-los.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA – www.itv.org.br

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 – 17º andar – Sala 1707 . CEP 70.165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . itv@itv.org.br